

CARTA MANIFESTO GRUPO DE GESTANTES QUE TOMARAM 1ª DOSE DA ASTRAZENECA

Prezados (as)

Como já é sabido, a vacina AstraZeneca foi suspensa para gestantes em todo o Brasil. Todavia, isso não aconteceu antes de mais de 50 mil gestantes terem tomado a primeira dose em diversas capitais e cidades do interior. No dia 08/07/2021 o tema foi debatido na CPI, e avaliou o porquê da aplicação da vacina AstraZeneca em gestantes, se logo em seguida foi proibida, avaliando se foi realmente certo ter iniciado a vacinação com ela. A ex coordenadora do Programa Nacional de Imunização reforçou que é de extrema importância completar o esquema vacinal nesse grupo que é de risco ainda mais com as variantes chegando no Brasil.

As consequências para essas mais de 50 mil mulheres acometidas pela suspensão da segunda dose (em especial pela forma como foi realizada), são graves. O estado está sendo omissos e irresponsáveis com as nossas vidas. E temos direito a vida e direito a vacina no tempo certo.

Explicando melhor, quando as vacinas foram aplicadas não houve qualquer critério acerca do período gestacional. Mulheres gestantes e puérperas dentro dos primeiros 45 dias pós parto poderiam tomar a vacina. O que foi, diga-se, de passagem uma recomendação ótima, pois como os médicos afirmam, “o melhor período da gravidez para se vacinar é o que você está agora”, dado o grave contexto da pandemia e das duras consequências que contabilizam inúmeras mortes maternas. Todavia, ao suspender a AstraZeneca, a recomendação foi de que mulheres que já haviam tomado a primeira dose da vacina, tomassem a segunda apenas 45 dias depois do parto. Veja, a nota técnica que determina o critério para concluir o esquema vacinal não leva em consideração o período gestacional da mulher ao tomar a primeira dose. Desse modo, inúmeras mulheres que tomaram a primeira dose no início da gravidez só poderão tomar a segunda dose cerca de 8, 9 meses depois. Para algumas que engravidaram depois da primeira dose esse prazo chega há um ano ou mais. Há milhares de gestantes que só poderão tomar a segunda dose em 2022 (sob qual critério técnico essa decisão foi tomada?). Soma-se a essa situação, o fato de que

hoje qualquer mulher fértil no Brasil, que se vacine com a Astrazeneca seja como profissional da saúde, professora, trabalhadoras do transporte público, ou qualquer outro grupo, e venha a descobrir uma gravidez ou mesmo engravide antes de ter recebido a segunda dose, fica impedida de completar o esquema vacinal no aprazamento correto.

Essa extensão do aprazamento da segunda dose, dessa forma, tem acometido milhares de mulheres por:

1. Não ter a adequada cobertura vacinal, tal como preconiza o PNI, com as duas doses da vacina, no tempo adequado, o que por consequência leva essas gestantes para o período de maior risco para a covid na gravidez, que é o último trimestre da gestação até os primeiros 45 dias pós parto, sem a adequada cobertura vacinal. Destaca-se aqui que um grande número de mulheres acaba se contaminando com covid dentro do ambiente hospitalar, durante a internação para o parto.
2. Não temos nenhuma evidência científica de que completar o esquema vacinal em um prazo tão extenso, de 8, 9 meses depois, ou mais de um ano, seja eficaz, gere proteção;
3. Essa situação, do impedimento do aprazamento correto da segunda dose, tem sido para nós gestantes uma violência psicológica terrível. É generalizado o quadro de ansiedade e transtornos psicológicos que tal decisão do governo sobre nossos corpos têm nos causado. Isso inclusive já tem sido relatado por inúmeros médicos;
4. Variante Delta que chegou em nosso país e só é eficaz com as duas doses da vacina, muitos estados estão antecipando a segunda dose e nós como grupo de risco ficamos somente com uma dose correndo riscos de vida;
5. Campanha de vacinação em busca das pessoas para tomarem a segunda dose e para nós temos que nos contentar com uma dose sem comprovação da segurança de ficarmos longos prazos sem a proteção completa.

Vale ressaltar que a FEBRASGO e vários médicos e cientistas recomendam a nossa segunda dose com Pfizer no prazo correto, pois já existem estudos que comprovam esse intercâmbio de vacinas.

Diante do exposto, que não se trata apenas da vida das gestantes, mas de nossos filhos também. Se estamos falando de 50 mil mulheres, estamos falando na verdade

de 100 mil vidas acometidas pela irresponsabilidade da atual nota técnica do Ministério da Saúde. Atualmente as UTIs neonatais estão lotadas de recém nascidos acometidos pela covid e pelas consequências da doença na gravidez.

Por fim, nós gestantes que integramos esse grupo, completamente abandonado pelo governo e Ministério da Saúde, estamos organizadas através do Movimento de Gestantes Pela Segunda Dose. Nós estamos exigindo que tenhamos a segunda dose no tempo certo, tal como qualquer outro cidadão brasileiro tem direito. Talvez possamos falar não apenas o direito, mas o dever de tomar a segunda dose para uma adequada imunização individual e coletiva. Nós já temos opções para completar o esquema vacinal no prazo correto. Outros países que aplicam Astrazeneca na população adulta estão completando o esquema vacinal com a Pfizer, a partir de pesquisas que provam a eficácia da combinação. Isso já tem sido realizado em diversos países como por exemplo Canadá e Chile. Acaba de sair, inclusive, a notícia de que a Angela Merkel, na Alemanha, tomou a primeira dose da Astrazeneca e a segunda dose da Moderna, que também utiliza a tecnologia do RNA mensageiro.

No estado do Rio de Janeiro e Ceará depois de avaliarem o risco / benefício eles também estão adotando a segunda dose Pfizer para gestantes que tomaram a primeira dose Astrazeneca. Outra alternativa, seria a aplicação no aprazamento correto da segunda dose da própria Astrazeneca. Ao contrário do que tem sido divulgado amplamente nas redes, a Inglaterra permite a segunda dose da Astrazeneca no prazo correto para gestantes que não tiveram nenhum efeito adverso grave na primeira dose. O que não pode ser alternativa e não podemos aceitar, é que nós gestantes que tomamos a primeira dose da Astrazeneca, fiquemos sem a segunda dose no prazo correto, tal como preconiza o PNI.

Precisamos de apoio, precisamos ter nosso direito a vida e a saúde garantido! O governo não pode ser omissor com essas gestantes que correm risco de vida.

Ficamos no aguardo de um retorno e a disposição para darmos continuidade nesse diálogo tão importante.

Grupo de Gestantes pela segunda dose no tempo certo